

**AO PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES DA FUNDAÇÃO DE APOIO À
ESCOLA TÉCNICA – FAETEC/RJ**

NOLASCO CONSTRUÇÕES, REFORMAS E INSTALAÇÕES LTDA., pessoa jurídica de direito privado, registrada no CNPJ sob nº. 19.024.253/0001-23, com endereço à Rua Siqueira, 103, Centro – Magé – RJ – CEP.: 25.900-103, neste ato representada por seu sócio administrador, PAULO ROBERTO NOLASCO DE SOUZA, portador da CI nº. 10.658.530-0 IFP-RJ, CPF nº. 031.380.427-32, vem apresentara presente

**CONTRARRAZÕES EM FACE DE RECURSOS
ADMINISTRATIVOS EM SEDE DE LICITAÇÃO c/c
REPRESENTAÇÃO QUANTO À ILEGALIDADE DE
PROCEDIMENTO, CONFORME DISPOSTO NO ART. 49 DA LEI
8.666/93**

referente à Concorrência Pública 002/2021 – processo administrativo nº 260005/000037/2021 da FAETEC-RJ, cujo objeto é Contratação de empresa especializada em Serviço de Manutenção Preventiva e Corretiva Predial, com adequações e modernizações, quando necessário, nas Unidades de Ensino e Prédios Administrativos sob responsabilidade da Fundação de Apoio à Escola Técnica – FAETC / Secretaria de estado de Ciência e Tecnologia, em face dos fatos e fundamentos a seguir apresentados

1) DAS CONTRARRAZÕES

Inicialmente nos reportamos às razões recursais apresentadas pela empresa ENGEWALL CONSTRUÇÕES que no documento apresentado e acostado aos autos, em apertada síntese, alega que a empresa ora RECORRENTE não apresentou documentação capaz de comprovar sua capacidade técnica para execução dos serviços objeto do presente certame.

Vamos aos fatos:

NOLASCO CONSTRUÇÕES REFORMAS E INSTALAÇÕES LTDA
CNPJ: 19.024.253/0001-23
Rua Cel. Siqueira, 73 – Sl. 103 – Centro – Magé – RJ
Email: gruponolasco01@gmail.com

19.024.253/0001-23
**NOLASCO CONSTRUÇÕES
REFORMAS E INSTALAÇÕES LTDA**
Rua Coronel Siqueira, 73 / Sala 103
Centro - CEP: 25900-103
RIO DE JANEIRO - RJ

O primeiro item que será objeto de resposta é o seguinte:

Esta licitante apresentou como profissional técnico responsável o engenheiro civil Regis de Schueler Belmont Junior e juntou alguns atestados com as Certidões de Acervo Técnico onde estão descritas as experiências do citado profissional.

Entretanto, verifica-se que na CERTIDÃO DE ACERVO DO PROFISSIONAL Nº 914/2016 em nome desse engenheiro civil CREA/RJ 19961122009, que tem como contratante a empresa ALFAVILLE, cujo objeto é OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE CONDÔMINIO MISTO COMPOSTO DE 611 LOTES RESIDENCIAIS, 5 COMERCIAIS COM INFRAESTRUTURAS, não há nesse Atestado, ou outro atrelado à empresa, elementos que demonstre a capacitação técnica nos itens de maior relevância técnico profissional, 7 e 8 a saber:

"Item 7 - Execução de Serviços de inspeção interna não destrutiva em rede de esgoto sanitário e /ou águas pluviais por meio de imagem;

item 8 - Execução de serviços com equipamento hidrojato "Sewer-Jet" e/ou "VacAll";"

Inicialmente nos reportamos à previsão do edital para o item em comento, *ex positis*:

"Prova de possuir no seu quadro permanente, na data da Concorrência, profissional ou profissionais de nível superior, abaixo relacionados, detentores de atestado(s) de responsabilidade técnica por execução de obras de características semelhantes, averbado pelo CREA e/ou CAU, acompanhados das respectivas certidões de Acervo Técnico – CAT, expedidas por estes Conselhos, que comprovem ter os profissionais executado serviços relativos à execução de obra com características técnicas similares às do objeto da presente licitação." (grifo nosso).

A previsão editalícia é bastante clara ao requerer que a documentação comprobatória da capacidade técnica guarde similaridade com as características técnicas do objeto da presente licitação.

A regra em comento previu uma relação de similaridade dos itens comprovados com o objeto da licitação, sendo este, portanto, o interesse da administração. O texto do edital poderia claramente ter sido escrito de outra forma, afirmando, por exemplo: *"que comprovem ter os profissionais executado serviços relativos à execução de obras compatível, no mínimo com as parcelas de maior relevância técnico-profissional descritas no termo de referência."*

Fosse escrito desta forma, o que não ocorreu, certamente a afirmação da empresa Engewall em sede recursal haveria de prosperar, todavia, reafirmamos: o texto do edital não foi escrito desta forma.

NOLASCO CONSTRUÇÕES REFORMAS E INSTALAÇÕES LTDA

CNPJ: 19.024.253/0001-23

Rua Cel. Siqueira, 73 – Sl. 103 – Centro – Magé – RJ

Email: gruponolasco01@gmail.com

19.024.253/0001-23

**NOLASCO CONSTRUÇÕES
REFORMAS E INSTALAÇÕES LTDA**

Rua Coronel Siqueira, 73 / Sala 103

Centro - CEP: 25900-100

RIO DE JANEIRO - RJ

2132

Para cada um destes serviços nossa empresa apresentou atestados que demonstram a sua capacidade técnica em nível de similaridade, já que não se pode exigir, em nenhuma hipótese que sejam idênticos (sob pena de se tornar exclusivo e vinculado, o que é ilegal).

Temos, por exemplo atestados para locação de bens, considerando que as planilhas preveem a necessidade de utilização de veículos e máquinas locadas na prestação dos serviços. Temos atestados para reforma de um parque esportivo (que contém diversas edificações), além de outros atestados para manutenções, inclusive viárias que também contempla diversas atividades das planilhas do Anexo I – descritivo detalhado do objeto.

Entendemos que assim como ocorreu no primeiro item destas contrarrrazões em que tratamos da necessidade de diligência para maior detalhamento da apuração da capacidade técnica das empresas participantes, neste caso este procedimento seja igualmente necessário.

Pergunta-se, portanto, se a empresa Engewall e outras que foram habilitadas, apresentaram no rol dos documentos acostados aos autos, qualquer certificado de capacidade técnica quanto à locação de veículos e máquinas, serviços amplamente exigidos no detalhamento do objeto da licitação?

Como afirmar que uma empresa que não tenha apresentado tal atestado possa demonstrar capacidade técnica por similaridade para proceder a locação destes bens à este órgão?

Mais uma vez afirmamos, a diligência, tanto aqui como no caso anterior, é procedimento não somente desejável, mas necessário do ponto de vista técnico e legal, para garantir que somente empresas devidamente capacitadas de acordo com os critérios estabelecidos pelo setor competente sejam liberadas para participar dos atos posteriores do certame.

Aproveitamos mais uma vez a oportunidade para REQUERER desta Comissão a adoção destas medidas saneadoras, considerando que, em assim não procedendo, poder-se-iam gerar graves prejuízos ao erário em face de potenciais problemas operacionais decorrentes da falta de capacidade específica para prestação dos serviços. Tal situação, em ocorrendo, certamente seria objeto de atuação de órgãos de fiscalização e controle com risco inclusive de responsabilização dos que lhe deram causa ou de quem, podendo mitiga-los, não o fizeram adequadamente.

2) OUTRAS QUESTÕES DE DIREITO – ATENÇÃO – RISCO DE NULIDADE

Vejam inicialmente a disposição da Lei de Licitações acerca da questão da apuração de eventual ilegalidade em sede de processo licitatório (com os nossos destaques):

"Art. 49. A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação

NOLASCO CONSTRUÇÕES REFORMAS E INSTALAÇÕES LTDA

CNPJ: 19.024.253/0001-23

Rua Cel. Siqueira, 73 – Sl. 103 – Centro – Magé – RJ

Email: gruponolasco01@gmail.com

19.024.253/0001-23

**NOLASCO CONSTRUÇÕES
PEFORMAS E INSTALAÇÕES LTDA**

Rua Coronel Siqueira, 73 / Sala 103

Centro - CEP: 25900-103

RIO DE JANEIRO - RJ

[Handwritten signature]
3/32

consultores técnicos devidamente contratados.
(grifo nosso)

Ademais, e com a finalidade de atender a este e ao item seguinte, juntamos o entendimento do Acórdão do TCU seguinte, senão vejamos:

“É irregular a exigência de que a atestação de capacidade técnico-operacional de empresa participante de certame licitatório seja registrada ou averbada junto ao CREA, uma vez que o art. 55 da Resolução-Confea 1.025/2009 veda a emissão de Certidão de Acervo Técnico (CAT) em nome de pessoa jurídica. A exigência de atestados registrados nas entidades profissionais competentes deve ser limitada à capacitação técnico-profissional, que diz respeito às pessoas físicas indicadas pelas empresas licitantes. (Acórdão 1849/2019: Plenário, Relator: Raimundo Carreiro)” (grifo nosso)

O item seguinte, também objeto de recurso da empresa Engewall seria clara e manifestamente atendido pelo precedente jurídico acima, senão vejamos a alegação da citada empresa em sua peça recursal:

Assim sendo, pode-se depreender sem nenhum esforço que os objetos dos atestados apresentados por essa licitante não guarda pertinência nem compatibilidade com o objeto licitado, já que não há nenhuma certidão do CREA/RJ registrada em conformidade ao objeto em nome da empresa.

A afirmação diz respeito ao fato de que o registro da certidão é condição necessária para que os atestados de nossa empresa sejam validados, todavia, não é possível ter uma empresa qualquer atestado registrado no CREA, haja vista a impossibilidade de fazê-lo por força de Lei. O que se têm de registro no referido órgão são os atestados dos profissionais que compõem nosso quadro técnico, o que foi devidamente juntado e comprovado nos autos.

Por fim, como se sabe, os atestados apresentados pelos profissionais e devidamente registrados constituem o acervo da empresa que os contratou, conforme previsão da legislação citada acima.

Ademais, quanto ao conteúdo dos atestados, não se reportam somente ao texto resumido do objeto da licitação, mas à leitura do Anexo I do Edital, que contém uma série de serviços descritos.

NOLASCO CONSTRUÇÕES REFORMAS E INSTALAÇÕES LTDA

CNPJ: 19.024.253/0001-23

Rua Cel. Siqueira, 73 – Sl. 103 – Centro – Magé – RJ

Email: gruponolasco01@gmail.com

19.024.253/0001-23

**NOLASCO CONSTRUÇÕES
REFORMAS E INSTALAÇÕES LTDA**

Rua Coronel Siqueira, 73 / Sala 103

Centro - CEP: 25900-103

RIO DE JANEIRO - RJ

4/32

Também com relação à comprovação de capacitação técnica do engenheiro eletricista, MAURÍCIO PLABO GAMBOINI SILVA, verifica-se que as Certidões de Acervos Técnicos não habilita o profissional, uma vez que a Certidão de Acervo técnico está em nome da Empresa Construtora Oriente e não do profissional, como exige o Edital.

O Edital é claro em exigir a comprovação de capacidade técnica do profissional, por meio da Certidão de Acervo do profissional, que estará envolvido nos trabalhos, caso a licitante vença o certame. A capacitação exigida é personalíssima.

Nos parece estranha a alegação apresentada. Uma empresa do ramo deveria estar ciente de que o CREA não registra os atestados em nome da empresa que executou a obra, mas tão somente em nome de seu responsável técnico.

Analisando a legislação do CREA relacionada ao tema "acervo técnico", verifica-se que este não pertence à empresa, mas sim, ao profissional integrante de seus quadros. Logo, ao afirmar que o documento apresentado pertence a empresa estranha ao rol dos participantes da licitação, está afirmando que o acervo registrado no CREA pertence à empresa, o que é impossível, pois a empresa não pode ser responsável técnica de si mesmo, e uma vez que o acervo técnico diz respeito à responsabilidade técnica do profissional, este acervo somente pode estar relacionado à pessoa do engenheiro, sendo, portanto, de caráter personalíssimo.

O acervo técnico pertence, portanto, ao profissional, todavia, fica registrado na(s) empresa(s) para quem prestou os designados serviços (caso os tenha prestado através de uma empresa ou com vínculo).

E isto não é sem razão, já que exigir que estes acervos fiquem registrados somente em nome da pessoa jurídica limitaria a possibilidade de o profissional atuar em outras empresas, visto que suas experiências ficariam atreladas ao seu último vínculo, o que não é lógico do ponto de vista profissional, afinal, um profissional não perde sua capacidade técnica porque saiu de uma empresa para outra ou porque presta serviço para mais de uma empresa. A capacidade técnica que possui vai com ele para onde for, é parte intrínseca de quem este é, sendo válida para atuação em todo o mercado.

Nesse diapasão, é expressa a Resolução 317/86 do Confea, que assim dispõe:

"Art. 1º Considera-se Acervo Técnico do profissional toda a experiência por ele adquirida ao longo de sua vida profissional, compatível com as suas atribuições, desde que anotada a respectiva responsabilidade técnica nos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia"

"Art. 4º O Acervo Técnico de uma pessoa jurídica é representado pelos Acervos Técnicos dos profissionais de seu quadro e de seus

19.024.253/0001-23

**NOLASCO CONSTRUÇÕES
REFORMAS E INSTALAÇÕES LTDA**

Rua Coronel Siqueira, 73 / Sala 103

Centro - CEP: 25900-103

RIO DE JANEIRO - RJ

NOLASCO CONSTRUÇÕES REFORMAS E INSTALAÇÕES LTDA

CNPJ: 19.024.253/0001-23

Rua Cel. Siqueira, 73 - Sl. 103 - Centro - Magé - RJ

Email: gruponolasco01@gmail.com

[Handwritten signature]
5/32

Todavia, para as empresas que lograram alcançar a próxima fase, agora sem as limitações de uma sessão de licitação em aberto, e com o intuito de qualificar ainda mais aqueles que irão participar do certame, é desejável e até mesmo necessário, buscar, pela via jurídica cabível, qual seja, da diligência, prevista não somente no edital (item 17.10) mas na própria legislação (§3º, art. 43 da Lei 8.666/93).

Em suma, ao passarem por este primeiro filtro de similaridade, aquelas empresas que lograssem participar da próxima fase, devem agora ter sua documentação avaliada para verificação do atendimento aos requisitos mais específicos e que tornam ainda mais qualificado o julgamento daquelas que serão consideradas aptas a participar das próximas fases do certame (pois para isso se aplica a diligência – ver os documentos à fundo ou buscar validações externas para o que se apresentou).

Nesse sentido, afirmamos: ao sermos diligenciados, esta comissão obterá farta comprovação de que o profissional indicado como Responsável Técnico da empresa tem averbado junto ao CREA, desde antes da data da realização deste certame, comprovação de atendimento a cada um dos itens das parcelas de maior relevância técnico-profissional descritas no Termo de Referência que não foram juntadas à documentação simplesmente porque não foram exigidas no instrumento convocatório.

Tais elementos não foram juntados simplesmente por não terem sido solicitados no Edital, não por esquecimento, mas por falta de necessidade, todavia estão disponíveis para apresentação em sede de apuração mais detalhada desta Comissão.

E afinal, qual seria o nosso interesse em não juntar algo que atenderia ao edital se o temos com fácil acesso em nossos assentamentos?

Inclusive, por meio do presente, REQUEREMOS desta comissão a adoção desta medida em relação a nossa empresa e a todas aquelas que lograrem aprovação para participar da próxima fase após o julgamento dos recursos em cumprimento ao princípio da isonomia.

Entendemos que esta medida além de necessária, é salutar, e certamente eliminará riscos para futura contratação quanto à execução dos serviços, limitando a participação nas fases subsequentes do certame de empresas que eventualmente estejam desqualificados tecnicamente para atender aos requisitos específicos, definidos como essenciais pelo setor de engenharia deste órgão

Sendo assim, com vistas à comprovação do alegado nesta peça recursal e em cumprimento ao princípio da isonomia, requeremos que esta comissão promova diligências em relação a citada documentação em face de nossa empresa e de todas aquelas que sejam consideradas habilitadas para participar das próximas fases após julgamento dos recursos administrativos apresentados.

A seguir, a empresa Engewall apresentou as seguintes alegações:

NOLASCO CONSTRUÇÕES REFORMAS E INSTALAÇÕES LTDA
CNPJ: 19.024.253/0001-23
Rua Cel. Siqueira, 73 – Sl. 103 – Centro – Magé – RJ
Email: gruponolasco01@gmail.com

19.024.253/0001-23
**NOLASCO CONSTRUÇÕES
REFORMAS E INSTALAÇÕES LTDA**
Rua Coronel Siqueira, 73 / Sala 103
Centro - CEP: 25900-103
RIO DE JANEIRO - RJ



Poder-se ia afirmar, então, que estamos diante de aparente divergência entre previsões do edital. Em uma parte do instrumento convocatório a administração estabelece um parâmetro para atendimento ao referido item, em outro, estabelece parâmetro mais rígido ou exclusivo. Como então desfazer a aparente contradição?

O julgado obtido no caderno judiciário do TRF-1 no endereço https://sistemas.trf1.jus.br/edj/bitstream/handle/123/24554/Caderno_JUD_TRF_2015-05-20_VII93.pdf?sequence=3&isAllowed=y (pág. 276) assim responde à questão na decisão do Exmo. Desembargador Federal Daniel Paes Ribeiro no julgamento do AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 0015444-83.2015.4.01.0000/DF:

*"Entendo que **havendo divergência entre o edital e seus anexos deverão prevalecer as especificações constantes do edital**, com fundamento no Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório (art. 3º da Lei 8.666/93). O edital do certame é a matriz do contrato e sua vinculação ao instrumento contratual é considerada cláusula essencial a todos os contratos administrativos (art. 55, XI, da Lei 8.666/93)." (grifo nosso)*

O entendimento é claro. Inclusive há diversos editais de outros órgãos pelo país que preveem cláusulas que destacam este entendimento, já solidificado na jurisprudência sobre o tema.

Entendemos, portanto, que não há qualquer descumprimento de nossa empresa em relação ao que foi demandado pela Administração deste órgão no instrumento convocatório. Todas as atividades descritas na documentação juntada guardam similaridade com as descritas no objeto do certame, atendendo às suas disposições.

Este deve ter sido, inclusive, o entendimento que gerou a aprovação de nosso documento pelos membros da comissão, haja vista que fomos considerados habilitados e aptos a participar da próxima fase do certame.

Estarmos certos, contudo, de que a intenção desta administração foi de que as empresas apresentassem documentação que demonstrasse de forma direta a reputada similaridade, e posteriormente, em sede de diligência **necessária** – esta administração poderia buscar junto às empresas se os profissionais arrolados possuem de fato as características intrínsecas relacionadas às peculiaridades dos serviços previstos no Termo de Referência.

E isto não é sem razão, em um processo licitatório que aparentemente poderia atrair dezenas de empresas, não parecia fazer muito sentido que os membros da comissão passassem horas debruçados sobre milhares de páginas de atestados e certidões técnicas para encontrar cada um dos itens especificamente designados nas parcelas de maior relevância do Termo de Referência.

*por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, **devendo anulá-la por ilegalidade**, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.*

§ 1º A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 desta Lei.

*§ 2º **A nulidade do procedimento licitatório induz à do contrato**, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 desta Lei."*

Como se depreende da análise dos dispositivos em comento, eventual ilegalidade identificada em sede de procedimento licitatório pode ser objeto de apuração de ofício ou por provocação de terceiros.

Além disso, qualquer nulidade decorrente de eventual ilegalidade identificada contamina todos os atos posteriores, inclusive o contrato, ou seja, ilegalidade não corrigida no procedimento licitatório torna nulo os atos dela consequentes.

Tratando especificamente deste procedimento, eventual ilegalidade ocorrida na habilitação de empresas para seguimento nas fases posteriores da licitação, tornam nulos os atos posteriores da licitação, maculando a eventual contratação dela decorrente.

Ou seja, habilitar uma empresa que eventualmente tenha deixado de apresentar documentos ou que o tenha feito em claro e manifesto descumprimento aos requisitos do instrumento convocatório ou da própria legislação, tornam os atos subsequentes de contratação desta empresa nulos.

Nos reportaremos nos itens seguintes à questões não observadas pela Comissão de Licitação quando liberou a participação das citadas empresas na próxima fase do certame, em situações que comprovadamente (como iremos demonstrar), estas empresas deixaram de atender à requisitos da licitação.

A falta de manifestação da Comissão quanto a estes itens pode ensejar a nulidade dos atos posteriores da licitação, por isso destacamos que nosso papel, a partir deste ato, é de comunicar, na condição de terceiro, a ocorrência de ilegalidades graves que podem ensejar a nulidade do certame ou da contratação dele decorrente, caso sejam declarados vencedores após abertura dos envelopes de preço.

Neste sentido, insta salientar que nossa empresa foi devidamente habilitada para participar da fase de abertura de envelopes de preço no certame em epígrafe tendo apresentado toda a documentação necessária à sua habilitação no certame.

Conforme é do conhecimento desta D. Comissão de Licitações, além desta RECORRENTE, também foram habilitadas para participar da próxima fase do certame

NOLASCO CONSTRUÇÕES REFORMAS E INSTALAÇÕES LTDA

CNPJ: 19.024.253/0001-23

Rua Cel. Siqueira, 73 - Sl. 103 - Centro - Magé - RJ

Email: gruponolasco01@gmail.com

19.024.253/0001-23

NOLASCO CONSTRUÇÕES
REFORMAS E INSTALAÇÕES LTDA

Rua Coronel Siqueira, 73 / Sala 103

Centro - CEP: 25900-103

RIO DE JANEIRO - RJ

as empresas: CRATER CONSTRUÇÕES, ENGEWALL CONSTRUÇÕES, WL ENGENHARIA PLANEJAMENTO, CONSTRUTORA RJL2, AGABO COMÉRCIO E SERVIÇOS, cujas documentações foram objeto de análise detalhada através da leitura dos documentos obtidos por meio de acesso pessoal aos originais do processo, bem como à via digitalizada disponibilizada no portal deste Órgão.

O resultado desta análise será apresentado nos tópicos seguintes, divididos de acordo com a análise obtida da documentação de cada uma das empresas participantes, senão vejamos:

3) ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO DA EMPRESA AGABO COMÉRCIO E SERVIÇOS

a) item 6.6.1-F:

Conforme se pode verificar da documentação acostada aos autos, inclusive disponibilizada no processo eletrônico disponibilizado para consulta, a empresa **deixou de apresentar** a declaração na forma prevista no item 6.6.1-F – senão vejamos o que dispõe o Instrumento Convocatório:

f) "Declaração indicando nome, CPF e nº do registro na entidade profissional competente do responsável técnico que acompanhará a execução dos serviços de que trata o objeto desta Concorrência;"

A leitura do documento acostado aos autos demonstra de forma cabal que a empresa ao juntar o documento, o fez sem observar os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório, qual seja, a indicação dos dados completos do profissional. Ao observarmos o *print* do documento a seguir, verificamos que não constou do referido documento a indicação do CPF do profissional:

19.024.253/0001-23

**NOLASCO CONSTRUÇÕES
REFORMAS E INSTALAÇÕES LTDA**

Rua Coronel Siqueira, 73 / Sala 103

Centro - CEP: 25900-103

RIO DE JANEIRO - RJ

NOLASCO CONSTRUÇÕES REFORMAS E INSTALAÇÕES LTDA

CNPJ: 19.024.253/0001-23

Rua Cel. Siqueira, 73 - Sl. 103 - Centro - Magé - RJ

Email: gruponolasco01@gmail.com

Handwritten signature and date 01/02

LICITAÇÃO POR CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2021

ANEXO XII

DECLARAÇÃO DE RESPONSÁVEL TÉCNICO

Em atendimento ao Edital de Concorrência Pública nº 002/2021, declaro que:

É (são) responsável (is) técnico(s) pela obra objeto do certame em referência, o(s) profissional (is) abaixo relacionado(s) e que essa indicação está em consonância com as normas do CONFEA Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia.

Nome: Wilson Manoel da Cruz Filho

CREA nº: 1981120573

Especialidade: Engenheiro Civil

Data de Registro: 22/02/1978

Assinatura RT:

Duque de Caxias, 10 de Maio de 2021

Em cumprimento ao princípio da isonomia e da vinculação ao instrumento convocatório, as empresas que foram devidamente habilitadas no certame devem atender aos requisitos formais definidos pela administração, uma vez que cada item previsto foi ali indicado por uma razão de direito, de controle e no caso específico, para que as diligências pudessem ser promovidas pela equipe do órgão, a fim de garantir a lisura e regularidade do processamento do certame.

A liberação de uma empresa que não atendeu aos requisitos da licitação, ainda que formais, pode gerar precedente perigoso para que outras solicitações de dados sensíveis deixem de ser apresentadas para serem preenchidos ou completados a *posteriori* ou mesmo corrigidos através de encaminhamento de documentação complementar, em frontal desacordo com as disposições da legislação criando situação de aparente privilégio para determinada empresa em detrimento daquelas que adotaram as cautelas devidas na elaboração dos documentos atendendo aos requisitos estabelecidos.

NOLASCO CONSTRUÇÕES REFORMAS E INSTALAÇÕES LTDA

CNPJ: 19.024.253/0001-23

Rua Cel. Siqueira, 73 - Sl. 103 - Centro - Magé - RJ

Email: gruponolasco01@gmail.com

19.024.253/0001-23

**NOLASCO CONSTRUÇÕES
REFORMAS E INSTALAÇÕES LTDA**

Rua Coronel Siqueira, 73 / Sala 103

Centro - CEP: 25900-103

RIO DE JANEIRO - RJ

10/32

Ademais, a ocultação proposital ou não de dados com tamanha relevância, como é caso do número de registro no CPF certamente podem mascarar questões sérias que de alguma forma maculem a licitação caso a administração opte por seguir com a participação da empresa, além, como dissemos, de criar um precedente bastante perigoso em que outras empresas possam fazer requerimentos semelhantes, esvaziando a força das disposições dos editais do órgão, conferindo-lhe caráter de cumprimento relativo, o que é inaceitável, além de ser ilegal.

Afinal, como o Instrumento Convocatório do Certame pode ter força de legislação entre os que optem por participar da licitação se a própria administração conferir caráter relativo ao cumprimento de determinados itens?

Algo absoluto não pode ser relativo (para fazermos uso proposital de um pleonasma). Liberar a participação desta empresa com a falta deste documento ou com a sua apresentação incorreta equivale a **descumprir frontalmente ao preceito legal** definido no art. 3º da Lei 8.666/93, senão vejamos, com nossos destaques:

"Art. 3º -A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos."

Conforme dispositivo acima, cabe ainda destacar, que a Comissão deve julgar de forma objetiva os critérios estabelecidos no Edital, garantindo a todos os participantes a certeza de que serão analisados de forma idêntica, sem qualquer tipo de privilégio ou beneficiamento, dando-lhes a certeza de que o descumprimento de qualquer dos requisitos, objetivamente, enseja a inabilitação, com exceção dos casos expressos na legislação em que tal substituição é viável ou até aceitável, o que não nos parece ser o caso.

Além disso, liberação do cumprimento de um requisito expresso no instrumento convocatório pela administração, habilitando a referida empresa certamente maculará o atendimento a este princípio, eliminando a objetividade da análise, feita com base no texto publicado, conferindo a um texto absolutamente claro e de simples entendimento caráter interpretativo, com grande risco de que em casos semelhantes, documentos ou informações de tamanha relevância sejam omitidos, ou pior, que no futuro, órgãos fiscalizadores questionem os motivos pelo qual determinada empresa foi habilitada.

NOLASCO CONSTRUÇÕES REFORMAS E INSTALAÇÕES LTDA

CNPJ: 19.024.253/0001-23

Rua Cel. Siqueira, 73 - Sl. 103 - Centro - Magé - RJ

Email: gruponolasco01@gmail.com

19.024.253/0001-23

NOLASCO CONSTRUÇÕES
REFORMAS E INSTALAÇÕES LTDA

Rua Coronel Siqueira, 73 / Sala 103

Centro - CEP: 25900-103

RIO DE JANEIRO - RJ



mesmo sem ter atendido aos requisitos editalícios, apesar de objeto de questionamento em sede recursal.

Art. 3º - ...

§ 1º - É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991; (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010)

Por fim, quanto ao item, fazemos destaque ao dispositivo acima que prevê a inviabilidade de inclusão de cláusulas ou condições que causem algum tipo de restrição ou frustração ao caráter competitivo. Não nos parece ser este o caso, se trata de um item de bastante relevância que se refere à indicação do responsável técnico da empresa, **com cumprimento bastante simplificado e que facilmente poderia ser atendido por qualquer empresa.**

b) Item 6.6.1-C:

Ato contínuo ao item anterior, a mesma declaração destacada acima exige que a empresa apresente as informações relacionadas aos profissionais exigidos no edital no item relacionado à qualificação técnica. Neste caso, a licitação prescreveu a necessidade de a empresa apresentar 2 profissionais técnicos, conforme segue:

"c) Prova de possuir no seu quadro permanente, na data da Concorrência, profissional ou profissionais de nível superior, abaixo relacionados, detentores de atestado(s) de responsabilidade técnica por execução de obras de características semelhantes, averbado pelo CREA e/ou CAU, acompanhados das respectivas certidões de Acervo Técnico - CAT, expedidas por estes Conselhos, que comprovem ter os profissionais executado serviços relativos à execução de obra com características técnicas similares às do objeto da presente licitação."

19.024.253/0001-23

NOLASCO CONSTRUÇÕES
REFORMAS E INSTALAÇÕES LTDA

Rua Coronel Siqueira, 73 / Sala 103

Centro - CEP: 25900-103

RIO DE JANEIRO - RJ

NOLASCO CONSTRUÇÕES REFORMAS E INSTALAÇÕES LTDA

CNPJ: 19.024.253/0001-23

Rua Cel. Siqueira, 73 - Sl. 103 - Centro - Magé - RJ

Email: gruponolasco01@gmail.com

[Handwritten signature]
12/32

PROFISSIONAL DE NÍVEL SUPERIOR (obrigatório)
Engenheiro Civil e/ou Arquiteto
E
ENGENHEIRO ELETRICISTA

A exigência editalícia prevê que a empresa deve possuir dois responsáveis técnicos vinculados sendo um engenheiro civil ou arquiteto e outro engenheiro eletricista. O conectivo "e" indica a necessidade de apresentar os dois profissionais, não sendo, portanto, uma faculdade a indicação de um ou outro profissional.

Desta forma, a declaração prevista no Anexo XII do instrumento convocatório, ao estabelecer obrigação da empresa apresentar os dados relacionados aos responsáveis técnicos seja em uma, seja em duas declarações (uma para cada profissional), deveria ser cumprida pela empresa, o que não ocorreu, conforme comprovado pelo documento a seguir, já apresentado anteriormente:



Ao
GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA - FAETEC
CP 0002/2021 - PROCESSO ADMINISTRATIVO SUI Nº 240003000017/2021
1005/2021 - 10 HORAS - MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA PRELIMINAR

LICITAÇÃO POR CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2021

ANEXO XII

DECLARAÇÃO DE RESPONSÁVEL TÉCNICO

Em atendimento ao Edital de Concorrência Pública nº 002/2021, declaro que:

É (são) responsável (is) técnico(s) pela obra objeto do certame em referência, o(s) profissional (is) abaixo relacionado(s) e que essa indicação está em consonância com as normas do CONFEA Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia.

Nome: Wilson Manoel da Cruz Filho

CREA nº. 1981120573 Especialidade: Engenheiro Civil

Data de Registro: 22/02/1978

Assinatura RT:

Duque de Caxias, 10 de Maio de 2021.

19.024.253/0001-23

**NOLASCO CONSTRUÇÕES
REFORMAS E INSTALAÇÕES LTDA**

Rua Coronel Siqueira, 73 / Sala 103

Centro - CEP: 25900-103

RIO DE JANEIRO - RJ

NOLASCO CONSTRUÇÕES REFORMAS E INSTALAÇÕES LTDA

CNPJ: 19.024.253/0001-23

Rua Cel. Siqueira, 73 - Sl. 103 - Centro - Magé - RJ

Email: gruponolasco01@gmail.com

13/02

A declaração fez menção apenas ao profissional Engenheiro Civil, em descumprimento ao requisito editalício, aplicando-se para este, os mesmos argumentos apresentados no item anterior.

c) item 5.1:

O instrumento convocatório assim estabelece, com nossos destaques para posterior análise:

5.1 Poderão participar desta licitação as pessoas que atuem em ramo de atividade compatível com o objeto licitado, registradas ou não no Cadastro de Fornecedores, mantido pela SEPLAG.

Vejamos o ramo de atividade da empresa destacado em seu cartão de CNPJ juntado aos autos:

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA		
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 04.874.449/0001-30 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 04/01/2002
NOME EMPRESARIAL AGABO COMERCIO E SERVICOS LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) N/A		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 42.99-5-99 - Outras obras de engenharia civil não especificadas anteriormente		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 77.32-2-01 - Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes 46.63-0-00 - Comércio atacadista de Máquinas e equipamentos para uso industrial; partes e peças 47.44-0-99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral (Dispensada *) 47.44-0-03 - Comércio varejista de materiais hidráulicos (Dispensada *) 47.42-3-00 - Comércio varejista de material elétrico (Dispensada *) 43.21-5-00 - Instalação e manutenção elétrica 77.11-0-00 - Locação de automóveis sem condutor 43.13-4-00 - Obras de terraplenagem 43.30-4-99 - Outras obras de acabamento da construção 71.19-7-04 - Serviços de pericia técnica relacionados à segurança do trabalho		

O documento acima, *print* do cartão de CNPJ da empresa em análise contém apenas uma página conforme anotação do rodapé do documento, relacionando, portanto, as atividades listadas acima e nenhuma outra.

O objeto da licitação é a **Contratação de empresa especializada em Serviço de Manutenção Preventiva e Corretiva Predial, com adequações e modernizações, quando necessário, nas Unidades de Ensino e Prédios Administrativos sob**

NOLASCO CONSTRUÇÕES REFORMAS E INSTALAÇÕES LTDA
 CNPJ: 19.024.253/0001-23
 Rua Cel. Siqueira, 73 - Sl. 103 - Centro - Magé - RJ
 Email: gruponolasco01@gmail.com

19.024.253/0001-23
NOLASCO CONSTRUÇÕES
REFORMAS E INSTALAÇÕES LTDA
 Rua Coronel Siqueira, 73 / Sala 103
 Centro - CEP: 25900-103
 RIO DE JANEIRO - RJ

responsabilidade da Fundação de Apoio à Escola Técnica – FAETC / Secretaria de estado de Ciência e Tecnologia.

Vejamos se cada um dos itens do rol de atividades da empresa atendem aos requisitos do objeto da licitação e ao critério editalício de que apenas empresas que atuem no ramo de atividade compatível com o objeto poderiam participar do certame:

- Aluguel de máquinas: não aplicável
- Comércio: não aplicável
- instalação e manutenção elétrica: Os serviços objeto da licitação são muito mais amplos do que uma manutenção elétrica. A leitura dos anexos dos serviços compreendem um número muito maior de serviços, além dos serviços elétricos. Este item é apenas parcial, incompatível com o objeto, que demanda especialização ainda maior, o que não é o caso, já que uma empresa cuja atividade seja manutenção elétrica não pode emitir notas fiscais para prestação de serviços de manutenção ou reforma predial;
- Locação: parcialmente como no anterior;
- Obras de terraplenagem: assim como no item da instalação e manutenção elétrica, uma empresa cuja atividade seja a execução de obra de terraplenagem não poderá emitir notas fiscais para serviços de reformas e reparos, já que estas atividades são absolutamente incompatíveis;
- Outras obras de acabamento da construção: o mesmo ocorre com este item. A empresa poderá emitir notas fiscais apenas para os itens de execução relacionados ao acabamento da obra, mas suas atividades se mostram incompatíveis com os demais serviços que são exigidos no edital.

Perícia técnica – não aplicável.

Como se vê, mais uma vez o que se exige é uma interpretação elástica de um requisito claro e objetivo do edital. A exigência da participação apenas de empresas cuja atividade seja compatível com o objeto não diz respeito apenas à sua capacidade técnica, mas essencialmente a um aspecto legal de regular que empresas prestem serviços e emitam notas fiscais apenas em referência às atividades previstas em seus atos constitutivos e nos seus documentos de cadastro junto à Receita Federal.

Ademais, como esta empresa poderá emitir regularmente uma nota fiscal, assinar contratos e se responsabilizar juridicamente por atos e serviços que não estabeleceu nos seus documentos de fundação?

d) item 6.5.2-C:

O instrumento convocatório assim estabelece no referido item, senão vejamos:

NOLASCO CONSTRUÇÕES REFORMAS E INSTALAÇÕES LTDA
CNPJ: 19.024.253/0001-23
Rua Cel. Siqueira, 73 – Sl. 103 – Centro – Magé – RJ
Email: gruponolasco01@gmail.com

19.024.253/0001-23
**NOLASCO CONSTRUÇÕES
REFORMAS E INSTALAÇÕES LTDA**
Rua Coronel Siqueira, 73 / Sala 103
Centro - CEP: 25900-103
RIO DE JANEIRO - RJ

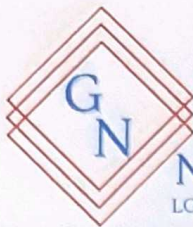


6.5.2 *Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, desde que já exigíveis e apresentados na forma da lei, incluindo Termo de Abertura e Encerramento do livro contábil, que comprovem a boa situação financeira da empresa. Quando encerrados há mais de três meses da data da apresentação da proposta, admitir-se-á atualização de valores, por índices oficiais, sendo vedada a substituição das demonstrações financeiras por balancetes ou balanços provisórios. Os licitantes deverão comprovar que dispõem dos índices econômico-financeiros mínimos previstos a seguir:*

...
c) *Índice de Endividamento: somente serão qualificados os Licitantes que obtiverem Índice Endividamento (IE) igual ou menor do que 1 (um), apurado nas demonstrações financeiras do último exercício financeiro, calculado de acordo com a seguinte fórmula:*

$$IE = \frac{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}{\text{ATIVO TOTAL}} = \text{OU} < 1$$

A empresa apresentou o seguinte documento para atender a este item do Edital:



GRUPO
NOLASCO
LOCAÇÃO E SERVIÇOS.

CONTABILIDADE
ESPECIALISTAS TRABALHANDO POR VOCE

AGABO COMERCIO E SERVIÇO LTDA
CNPJ: 04.874.449/0001-30
Demonstração de Índices Econômicos - 2020

ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE (LC)

ATIVO CIRCULANTE	=	4.202.530,55	2,48	%
PASSIVO CIRCULANTE		1.696.299,17		

ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL (LG)

ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	=	4.202.530,55	2,09	%
PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		2.008.885,50		

SOLVÊNCIA GERAL (SG)

ATIVO TOTAL	=	5.529.963,09	2,75	%
PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		2.008.885,50		

DUQUE DE CAXIAS, 05 de Maio de 2021

MARCIO DE ANDRADE FETAL

CPF: 074.770.497-82

EDILSON CONRADO FERREIRA JUNIOR
Reg. no CRC RJ sob o No. RJ108831/O-1
CPF: 089.071.187-95
Edilson C. F. Junior
Contabilidade
CRC/RJ, 108831/O-1
CPF: 089.071.187-95

Carioca Offices

21 4040-4033 | 21 4040-4043

Conforme se depreende pela leitura do documento, a empresa não apresentou no referido documento o índice supracitado, tendo-o feito apenas em relação ao índice de solvência geral.

19.024.253/0001-23

NOLASCO CONSTRUÇÕES REFORMAS E INSTALAÇÕES LTDA

CNPJ: 19.024.253/0001-23

Rua Cel. Siqueira, 73 - Sl. 103 - Centro - Magé - RJ

Email: gruponolasco01@gmail.com

NOLASCO CONSTRUÇÕES
REFORMAS E INSTALAÇÕES LTDA

Rua Coronel Siqueira, 73 / Sala 103

Centro - CEP: 25900-103

RIO DE JANEIRO - RJ

O texto do edital é claro ao prever que *"somente serão qualificados os Licitantes que obtiverem Índice Endividamento (IE) igual ou menor do que 1 (um)"*, todavia, no caso, a empresa sequer apresentou tal índice.

Poder-se-ia afirmar que um simples levantamento dos dados constantes do balanço permitiria o cálculo do referido índice, todavia, ressaltamos o previsto no instrumento convocatório no item imediatamente posterior ao que exige a apresentação destes dados:

6.5.3 Os índices contábeis, calculados pelo licitante para fins de atendimento do dispositivo acima, deverão ser confirmados pelo responsável da contabilidade do licitante, que deverá apor sua assinatura no documento de cálculo e indicar, de forma destacada, seu nome e número de registro no Conselho Regional de Contabilidade.

O texto é absolutamente claro. O cálculo dos índices deve ser feito pelo licitante e confirmados pelo responsável da contabilidade do licitante, o que não ocorreu.

Como um profissional contador de um órgão público que não é responsável pela contabilidade de determinada empresa pode afiançar, garantir e validar um dado que não gerou ou acompanhou ao longo da execução e registro dos fatos contábeis?

A exigência não é sem razão. Não se pede que o profissional contábil faça um simples cálculo que pode ser elaborado por qualquer pessoa. A assinatura tem valor legal e constitui prova e garantia para o órgão de que as informações expressam a realidade dos fatos, conferindo-lhe valor e responsabilizando pessoalmente quem a emitiu.

A obrigação de que os valores sejam calculados pela empresa diz respeito à necessidade de que esta não só apresente os cálculos, mas ao fazê-lo declare e corrobore as demais informações juntadas como sendo verídicas, conferindo valor legal aos dados apresentados.

e) Conclusão

É patente, em todos os itens apresentados, o desatendimento da empresa em relação a itens relevantes e insuperáveis do instrumento convocatório e da própria legislação, consequentemente. A liberação da habilitação desta empresa sob a mera alegação de interesse público ou aumento da competitividade não pode prosperar, haja vista que em assim procedendo, a Comissão de Licitações estaria se furtando à sua missão fundamental de zelar e garantir o cumprimento da legislação e das regras estabelecidas para a licitação.

Ademais, em assim procedendo, estaria ainda enfraquecendo o edital, relativizando requisitos que deveriam ser tratados como absolutos e de julgamento objetivo, colocando grave desconfiança sobre a lisura do julgamento do certame e em última

NOLASCO CONSTRUÇÕES REFORMAS E INSTALAÇÕES LTDA

CNPJ: 19.024.253/0001-23

Rua Cel. Siqueira, 73 - Sl. 103 - Centro - Magé - RJ

Email: gruponolasco01@gmail.com

19.024.253/0001-23

NOLASCO CONSTRUÇÕES
REFORMAS E INSTALAÇÕES LTDA

Rua Coronel Siqueira, 73 / Sala 103

Centro - CEP: 25900-103

RIO DE JANEIRO - RJ

18/12

instância, estabeleceria perigoso precedente para esta e licitações futuras, com clara e manifesta ilegalidade, sujeita à nulidade dos atos dela decorrentes em relação à citada empresa por serem insuscetíveis de correção posterior.

Desta forma, solicitamos à esta D. Comissão a inabilitação da empresa em referência por não ter atendido aos requisitos necessários à sua habilitação que lhe permitiria participar dos atos posteriores da licitação como medida de autotutela administrativa em garantia à legalidade do certame em cumprimento ao art. 49 e seguintes da Lei 8.666/93.

4) ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO DA EMPRESA CONSTRUTORA RJL2

a) item 6.3.1:

Após análise da documentação da empresa, identificamos descumprimento ao item em epígrafe, que assim dispõe:

"6.3.1 Para fins de comprovação da habilitação jurídica, deverão ser apresentados, conforme o caso, os seguintes documentos:

a) Cédula de Identidade e CPF dos sócios ou dos diretores;"

Ao analisar os documentos juntados aos autos, não encontramos a cédula de identidade da sócia Maria Cristina da Silva Serrano. A ausência deste documento, assim como citado na análise da empresa AGABO é causa de inabilitação em face do desatendimento ao edital e do descumprimento da legislação que estabelece princípios conforme disposições do art. 3º da Lei 8.666/93.

Mais uma vez destacamos o risco de se considerar como habilitada uma empresa que não tenha apresentado tal documento, uma vez que um critério de cumprimento bastante simples e de caráter absolutamente objetivo e sério deve ser atendido.

Destaca-se que a previsão desta obrigação em licitações conforme prescrito na própria legislação é condição de segurança para o órgão. E isso não é sem razão, pois imagine o caso de uma empresa em que determinado sócio, em litígio, não concorde com a participação da empresa no processo licitatório e não tenha tido a oportunidade de manifestar esta desconfiança, vindo a fazê-lo posteriormente, questionando ou tumultuando o andamento do processo.

Imagine o risco deste sócio identificar que a participação da empresa no procedimento se deu sem que seu documento em cópia autenticada fosse apresentado, como que participando à sua revelia, apesar de estar sujeito aos riscos e obrigações societárias relacionadas à contratação.

NOLASCO CONSTRUÇÕES REFORMAS E INSTALAÇÕES LTDA

CNPJ: 19.024.253/0001-23

Rua Cel. Siqueira, 73 - Sl. 103 - Centro - Magé - RJ

Email: gruponolasco01@gmail.com

19.024.253/0001-23

**NOLASCO CONSTRUÇÕES
REFORMAS E INSTALAÇÕES LTDA**

Rua Coronel Siqueira, 73 / Sala 103

Centro - CEP: 25900-103

RIO DE JANEIRO - RJ

19/12/2013

Ademais, a previsão deste item atende à legislação pátria sobre licitações vigente, conforme disposições do art. 28 da lei 8.666/93:

"Art. 28. A documentação relativa à habilitação jurídica, conforme o caso, consistirá em:

I - cédula de identidade;"

A liberação da apresentação deste documento constitui claro e manifesto descumprimento da lei, sendo, portanto, ato nulo que pode gerar graves efeitos sobre o resultado do certame. Sobre o tema, cabe novo destaque ao disposto no art. 49 da Lei 8.666/93:

"Art. 49. A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

§ 1º A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 desta Lei.

§ 2º A nulidade do procedimento licitatório induz à do contrato, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 desta Lei."

Como se vê, uma decisão em processo licitatório que atente contra princípios e regras legais pode macular todo o processo, tornando nulos todos os atos posteriores a este. A simples habilitação de uma empresa sem que esta tenha cumprido um requisito expressamente definido no edital e neste caso, com ainda mais gravidade, na própria legislação, é uma clara ilegalidade, passível de nulidade de todos os atos posteriores.

Habilitar uma empresa em clara e manifesta circunstância de ilegalidade, seja neste ou em outros casos como já apresentamos e ainda iremos demonstrar posteriormente, se assemelha à pessoa que coloca deliberadamente uma laranja podre junto a uma sacola cheia de laranjas boas.

Todavia, neste caso, a gravidade do ato e as consequências dela decorrentes tornam passíveis de responsabilização o(s) agente(s) que deu(eram) causa à ocorrência. Embora sempre se possa anular atos ou corrigi-los posteriormente, é sempre desejável que situações de risco como essa sejam eliminadas antes da sua efetivação.

A oportunidade para fazê-lo é agora, neste ato, e cabe à V.Sa. a determinação desta medida saneadora em correção à equivocada liberação desta empresa para participação da próxima fase do certame, agora em manifesta e comprovada condição de ilegalidade.

NOLASCO CONSTRUÇÕES REFORMAS E INSTALAÇÕES LTDA

CNPJ: 19.024.253/0001-23

Rua Cel. Siqueira, 73 - Sl. 103 - Centro - Magé - RJ

Email: gruponolasco01@gmail.com

19.024.253/0001-23

NOLASCO CONSTRUÇÕES
REFORMAS E INSTALAÇÕES LTDA

Rua Coronel Siqueira, 73 / Sala 103

Centro - CEP: 25900-103

RIO DE JANEIRO - RJ

20/3

b) item 6.6.1-F:

Assim prevê o item 6.6.1-F no Instrumento Convocatório:

f) "Declaração indicando nome, CPF e nº do registro na entidade profissional competente do responsável técnico que acompanhará a execução dos serviços de que trata o objeto desta Concorrência;"

No documento acostado aos autos, a empresa apresentou dois profissionais indicando-os como responsáveis, mas não apresentou o Engenheiro Civil Sidnei Kaizer de Oliveira na declaração referenciada neste item do edital. Segue *print* deste:



DECLARAÇÃO DE RESPONSÁVEL TÉCNICO

A
FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA – FAETEC
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Ref.: Concorrência Pública nº 0002/2021

Processo SEI nº 26/0005/000037/2021

CONSTRUTORA RJL2 LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 17.204.881/0001-65, sediada na Rua Sacadura Cabral, nº. 120 – salas 501 a 503 – Saúde – Rio de Janeiro/RJ, neste ato representada pelo seu representante legal, a Sra. Rita de Cássia Silva, portador da Carteira de Identidade nº CAU 18162-5, expedida pelo CAU e do CPF nº 892.046.467-72, **DECLARA** Em atendimento ao Edital de **Concorrência Pública nº 002/2021**, são responsáveis técnicos pela obra objeto do certame em referência, o(s) profissional (is) abaixo relacionado(s) e que essa indicação está em consonância com as normas do CONFEA - Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia.

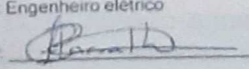
Nome: Sidnei Kaizer de Oliveira CREA nº 2014120826

Especialidade: Engenheiro Civil Data de Registro 16/08/2014

Assinatura RT: 

Nome: Fábio de Paula Carvalho CREA nº 2012101775

Especialidade: Engenheiro elétrico Data de Registro 09/07/2012

Assinatura RT: 

NOLASCO CONSTRUÇÕES REFORMAS E INSTALAÇÕES LTDA

CNPJ: 19.024.253/0001-23

Rua Cel. Siqueira, 73 – Sl. 103 – Centro – Magé – RJ

Email: gruponolasco01@gmail.com

19.024.253/0001-23

**NOLASCO CONSTRUÇÕES
REFORMAS E INSTALAÇÕES LTDA**

Rua Coronel Siqueira, 73 / Sala 103

Centro - CEP: 25900-103

RIO DE JANEIRO - RJ

24/32

A documentação técnica relativa a este profissional foi juntada aos autos junto dos demais documentos comprobatórios de sua vinculação e responsabilidade técnica para o certame, todavia, ao relacionar os profissionais não fez a inclusão deste profissional em claro descumprimento ao requisito licitatório.

Pode-se arguir que a empresa já indicou outros dois profissionais atendendo ao critério licitatório, todavia, a faculdade de indicar quantos profissionais desejar, além do quantitativo exigido pode ser até desejável, mas uma vez que seja utilizada, vincula todos os documentos a ela relacionados.

Afinal, se este profissional teve sua documentação juntada para cumprir outro item do edital (qualificação técnico-profissional), não deveria também estar indicado no rol previsto neste item?

A não inclusão deste terceiro profissional na relação da declaração gera um risco, pois caso o vínculo com o profissional que foi destacado no documento seja interrompido, esta Comissão acabou por liberar a participação de um outro profissional que não constou neste rol, em claro descumprimento à regra prevista no instrumento convocatório.

Assim, da mesma forma como destacamos no item congênere da empresa AGABO, o descumprimento a este requisito objetivo por meio da habilitação da empresa em manifesto descumprimento à legislação e aos princípios norteadores das licitações e contratos, gera graves riscos para a lisura e seguimento regular do certame, sujeitando-o à possibilidade de questionamentos e nulidades que uma vez conhecidas antecipadamente precisam ser objeto do devido e adequado tratamento por parte desta Comissão, na função de guardião do interesse público e da presente licitação.

c) Conclusão

Assim como no caso da empresa anterior, ficou patenteado em todos os itens apresentados o desatendimento da empresa em relação a questões legais insuperáveis. A liberação da habilitação desta empresa sob a mera alegação de interesse público ou aumento da competitividade não pode prosperar, haja vista que em assim procedendo, a Comissão de Licitações estaria se furtando à sua missão fundamental de zelar e garantir o cumprimento da legislação e das regras estabelecidas para o certame.

Ademais, em assim procedendo, estaria enfraquecendo o edital, relativizando requisitos absolutos e de julgamento objetivo, isso sem contar o descumprimento claro e manifesto de preceito legal, colocando grave desconfiança sobre a lisura do julgamento do certame e em última instância, estabelecendo perigoso precedente para esta e licitações futuras, sujeita à nulidade dos atos dela decorrentes em relação à citada empresa por serem insuscetíveis de correção posterior.

Desta forma, solicitamos à esta D. Comissão a inabilitação da empresa em referência por não ter atendido aos requisitos necessários à sua habilitação que lhe permitiria participar dos atos posteriores da licitação como medida de autotutela administrativa em

NOLASCO CONSTRUÇÕES REFORMAS E INSTALAÇÕES LTDA

CNPJ: 19.024.253/0001-23

Rua Cel. Siqueira, 73 - Sl. 103 - Centro - Magé - RJ

Email: gruponolasco01@gmail.com

19.024.253/0001-23

**NOLASCO CONSTRUÇÕES
REFORMAS E INSTALAÇÕES LTDA**

Rua Coronel Siqueira, 73 / Sala 103

Centro - CEP: 25900-103

RIO DE JANEIRO - RJ

22/32



garantia à legalidade do certame em cumprimento ao art. 49 e seguintes da Lei 8.666/93.

**5) ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO DA EMPRESA WL ENGENHARIA
PLANEJAMENTO**

a) item 6.6.1-F:

O referido item assim dispõe:

"f) Declaração indicando o nome, CPF e nº do registro na entidade profissional competente do responsável técnico que acompanhará a execução dos serviços de que trata o objeto desta Concorrência;"

A empresa não apresentou documento que de forma explícita atenda aos requisitos definidos neste item. O documento encontrado nos autos para suprimento deste tópico é o seguinte:

NOLASCO CONSTRUÇÕES REFORMAS E INSTALAÇÕES LTDA
CNPJ: 19.024.253/0001-23
Rua Cel. Siqueira, 73 – Sl. 103 – Centro – Magé – RJ
Email: gruponolasco01@gmail.com

19.024.253/0001-23

**NOLASCO CONSTRUÇÕES
REFORMAS E INSTALAÇÕES LTDA**

Rua Coronel Siqueira, 73 / Sala 103

Centro - CEP: 25900-103

RIO DE JANEIRO - RJ

[Handwritten signature]
23/32

LICITAÇÃO POR CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2021

Ao

Presidente da Comissão de Licitação

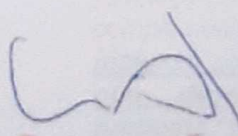
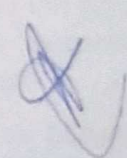
Ref.: Concorrência Pública nº 0002/2021

PROP-21/031

WL ENGENHARIA PLANEJAMENTO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 86.986.189/0000-159, sediada na Av. Nossa Senhora de Copacabana 195, sala 1310/1311, Copacabana, Rio de Janeiro - RJ, CEP: 22020002, neste ato representada pelo seu representante legal, o(a) Sr. Wladimir Luiz Alves, portador(a) do CPF nº 551.334.957-49 e da Carteira de Identidade RG nº 51.419/D expedida por CREA, DECLARA, . . . que se fará representar, na execução dos serviços objeto desta licitação, por seu **Responsável Técnico Wladimir Luiz Alves e Marco Antônio Martins de Araújo**, constante da Certidão de Pessoa Jurídica emitida pelo CREA.

Rio de Janeiro, 07 de Maio de 2021

Atenciosamente,



Conforme se depreende por meio da análise do referido documento, a empresa não apresentou a declaração utilizando os critérios estabelecidos no edital, descumprindo seus preceitos assim como ocorreu no caso da empresa AGABO, cujas alegações e fundamentos podem servir de base para a presente análise em todos os seus termos.

b) Conclusão

Assim como nos itens congêneres analisados anteriormente, solicitamos à esta D. Comissão a inabilitação da empresa em referência por não ter atendido aos requisitos necessários à sua habilitação que lhe permitiria participar dos atos posteriores da

NOLASCO CONSTRUÇÕES REFORMAS E INSTALAÇÕES LTDA

CNPJ: 19.024.253/0001-23

Rua Cel. Siqueira, 73 - Sl. 103 - Centro - Magé - RJ

Email: gruponolasco01@gmail.com

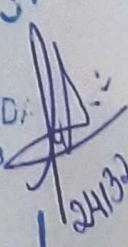
19.024.253/0001-23

**NOLASCO CONSTRUÇÕES
REFORMAS E INSTALAÇÕES LTDA**

Rua Coronel Siqueira, 73 / Sala 103

Centro - CEP: 25900-103

RIO DE JANEIRO - RJ



licitação, uma vez que a sua habilitação ocorreu em clara e manifesta condição de ilegalidade, sujeita à nulidade dos atos dela decorrentes em relação à citada empresa por serem insuscetíveis de correção posterior.

Desta forma, solicitamos à esta D. Comissão a inabilitação da empresa em referência por não ter atendido aos requisitos necessários à sua habilitação que lhe permitiria participar dos atos posteriores da licitação como medida de autotutela administrativa em garantia à legalidade do certame em cumprimento ao art. 49 e seguintes da Lei 8.666/93.

6) ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO DA EMPRESA ENGEWALL CONSTRUÇÕES

a) item 6.6.1-F:

Após análise da documentação da empresa, identificamos que a empresa não apresentou o documento determinado no item em referência ("Declaração indicando o nome, CPF e nº do registro na entidade profissional competente do responsável técnico que acompanhará a execução dos serviços de que trata o objeto desta Concorrência") em claro descumprimento ao requisito objetivo estabelecido pela Administração.

Não se trata de um mero esquecimento ou de um item que possa ser suprido por meio de diligência. A diligência neste caso seria para se colocar no processo um documento que deveria ter sido apresentado junto aos demais documentos necessários à habilitação da empresa o que vedado pelo próprio edital, senão vejamos:

"17.10 É facultada à Comissão de Licitação ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta." (grifo nosso)

Imagine se outros casos como esse fossem liberados para serem atendidos *a posteriori*. Imaginemos que uma empresa deixe de apresentar o contrato social, uma determinada certidão, os documentos dos sócios ou qualquer outro que se tenha exigido por força legal ou editalícia (neste caso também com força de determinação legal, uma vez que o edital faz lei entre as partes) e depois essa obrigação pudesse ser suprida por meio da solicitação de complementação de documentação.

Não se trata de algo que possa ser simplesmente superado, deixado de lado. Se trata de um claro e manifesto descumprimento a um requisito objetivo da licitação, legalmente estabelecido, não relacionado a qualquer tipo de cláusula exorbitante, mesmo porque sequer foi objeto de impugnação em tempo oportuno.

A legislação estabeleceu os critérios para apresentação posterior de documentos em licitações, geralmente relacionados às Micro e Pequenas empresas e em relação a certidões e documentos fiscais, mas sempre em substituição, nunca em complementação.

Nenhuma empresa foi obrigada a participar da licitação, mas ao fazê-lo torna-se obrigada a atender aos requisitos estabelecidos pelo instrumento convocatório, devendo sujeitar-se inteiramente às suas determinações sob pena de se tornar inapta para seguir nos atos subsequentes.

Destacamos este fato, pois assim como ocorreu com as análises das empresas anteriores, se tornou cristalina a ocorrência de uma ilegalidade no ato que habilitou esta empresa para a próxima fase o que pode ser corrigido neste momento em atendimento ao disposto no art. 49 da Lei 8.666/93, garantindo a efetividade dos procedimentos seguintes e eliminando riscos de questionamentos futuros que possam macular ou impedir a continuidade da execução dos serviços após a formalização do instrumento contratual.

c) Conclusão

A presente situação é objetiva. A empresa não apresentou documento que lhe cabia apresentar por ocasião da habilitação, não havendo maneiras de suprir esta ausência senão por meio da solicitação para que esta complemente documentos não apresentados em fase oportuna, situação não somente ilegal, mas atentatória aos princípios licitatórios vigentes.

Agindo assim, estaria esta comissão abrindo um precedente absolutamente perigoso com graves riscos relacionados à possível nulidade dos atos subsequentes à licitação, com prejuízos para este Órgão e passível de responsabilização por parte dos órgãos cabíveis daqueles que deram causa à ocorrência. Surge aqui uma oportunidade para que este equívoco seja sanado e a empresa em análise seja considerada inabilitada.

7) ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO DA EMPRESA CRATER CONSTRUÇÕES:

a) item 6.6.1-F:

O referido item assim dispõe:

"f) Declaração indicando o nome, CPF e nº do registro na entidade profissional competente do responsável técnico que acompanhará a execução dos serviços de que trata o objeto desta Concorrência;"

A empresa não apresentou documento que de forma explícita atenda aos requisitos definidos neste item. A declaração juntada aos autos para suprimimento do anexo XII não

NOLASCO CONSTRUÇÕES REFORMAS E INSTALAÇÕES LTDA

CNPJ: 19.024.253/0001-23

Rua Cel. Siqueira, 73 - Sl. 103 - Centro - Magé - RJ

Email: gruponolasco01@gmail.com

19.024.253/0001-23

**NOLASCO CONSTRUÇÕES
REFORMAS E INSTALAÇÕES LTDA**

Rua Coronel Siqueira, 73 / Sala 103

Centro - CEP: 25900-103

RIO DE JANEIRO - RJ

[Handwritten signature]
126/32



contém todos os dados exigidos no instrumento convocatório, especialmente o CPF, que deixou de ser mencionado expressamente no documento, assim como ocorreu com a empresa AGABO, objeto de recurso, cujas argumentações podem ser igualmente consideradas aqui.

A título de ilustração do que apresentamos, segue *print* do documento constante dos autos, mas que não atendeu aos requisitos editalícios:



ANEXO XII
DECLARAÇÃO DE RESPONSÁVEL TÉCNICO

Ao
Presidente da Comissão de Licitação
Ref. Concorrência Pública 002/2021

Em atendimento ao presente Edital de Concorrência nº 002/2021, declaro que:

São responsáveis técnicos pela obra objeto do certame em referência, os profissionais abaixo relacionados e que essa indicação está em consonância com as normas do CONFEA - Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia.

Nome: CELSO ALBERTO FARAH PAIXÃO
CREA nº 2006125986
Especialidade: Engenheiro Eletricista
Data de Registro: 04/12/2006

Assinatura RT: _____

Nome: ROJAIRIO MARMELLO KERHEISBAUMER
CREA nº 2004108612
Especialidade: Engenheiro Civil
Data de Registro: 14/03/2005

Assinatura RT: _____

Nome: VICENTE CARLOS TEIXEIRA
CREA nº 1980102311
Especialidade: Engenheiro Mecânico
Data de Registro: 05/01/1981

Assinatura RT: _____

Além disso a declaração citada no item não pode ser suprida pela remessa do Anexo XII, senão este anexo teria sido citado no item em comento, o que não ocorreu. Se trata de um documento apartado **que neste caso não foi apresentado em manifesto descumprimento à previsão do edital.**

b) item 6.6.1-H:

NOLASCO CONSTRUÇÕES REFORMAS E INSTALAÇÕES LTDA
CNPJ: 19.024.253/0001-23
Rua Cel. Siqueira, 73 - Sl. 103 - Centro - Magé - RJ
Email: gruponolasco01@gmail.com

19.024.253/0001-23

NOLASCO CONSTRUÇÕES
REFORMAS E INSTALAÇÕES LTDA

Rua Coronel Siqueira, 73 / Sala 103

Centro - CEP: 25900-103

RIO DE JANEIRO - RJ

24/32



Após análise da documentação da empresa, identificamos que a empresa não atendeu ao disposto no referido item, que assim dispõe:

"h) Prova de possuir disponibilidade de instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequados à realização do objeto da licitação, em conformidade com o quadro que constitui o Anexo I, apresentando relação explícita e declaração formal das disponibilidades exigidas."

O documento apresentado pela empresa teve a seguinte formatação:



DECLARAÇÃO

Ao
Presidente da Comissão de Licitação

Ref. Concorrência Pública 002/2021

CRATER CONSTRUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ nº 00.615.133/0001-72, vem através desta informar que possui disponibilidade de instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequados à realização do objeto da licitação, em conformidade com o quadro que constitui o Anexo I, abaixo descrito:

INSTALAÇÕES, EQUIPAMENTOS e VEÍCULOS

- Betoneira
- Bombas de Sucção de 3"
- Vibradores chicote
- Serras Elétricas
- Makitas
- Marteleiros
- Traçadores
- Furadeiras
- Argamassadeira
- AndAIMES
- Automóveis
- Base Operacional

PESSOAL TÉCNICO QUALIFICADO

- CELSO ALBERTO FARAH PAIXÃO, Engenheiro Eletricista, inscrito no CREA/RJ sob o nº 2006125986
- ROJAIRIO MARMELLO KERHEISBAUMER, Engenheiro Civil, inscrito no CREA/RJ sob o nº 2004108612
- VICENTE CARLOS TEIXEIRA, Engenheiro Mecânico, inscrito no CREA/RJ sob o nº 1980102311

Rio de Janeiro, 10 de Maio de 2021.

NOLASCO CONSTRUÇÕES REFORMAS E INSTALAÇÕES LTDA

CNPJ: 19.024.253/0001-23

Rua Cel. Siqueira, 73 - Sl. 103 - Centro - Magé - RJ

Email: gruponolasco01@gmail.com

19.024.253/0001-23

NOLASCO CONSTRUÇÕES
REFORMAS E INSTALAÇÕES LTDA

Rua Coronel Siqueira, 73 / Sala 103

Centro - CEP: 25900-103

RIO DE JANEIRO - RJ

28/3/21

A observação do documento indica que a empresa meramente relacionou de forma genérica alguns equipamentos, estrutura e profissionais sem, contudo, os considerar de forma pormenorizada e explícita, estando esta relação em desconformidade com o anexo I do Edital em que os itens referentes a cada lote de execução estão devidamente relacionados com a descrição completa de cada um dos profissionais e bens que serão empregados no curso da execução dos serviços.

Com referência aos profissionais, por exemplo, a empresa citou tão somente os de nível superior. Em relação aos veículos fez menção genérica sem qualquer indicação detalhada, o que reforça o que ora apresentamos.

Esta obrigação é especialmente relevante se considerarmos o que foi previsto no item 6.6.1-J e subitens:

j) A Contratada deverá, obrigatoriamente, apresentar comprovação de dispor de veículo – alugado ou próprio - que atendam a demanda, com uma listagem dos veículos contendo; marca, placa e material a serem transportados,

j.1) Caso a licitante vencedora não possua os veículos na data de apresentação das documentações, após ser consagrada vencedora, obriga-se a apresentar impreterivelmente, na assinatura do contrato, sob pena de DESCLASSIFICAÇÃO, bem como as SANÇÕES ADMINISTRATIVAS CABÍVEIS, dessa forma deverá entregar uma DECLARAÇÃO, com as documentações, assumindo tal compromisso.

j.2) Caso os veículos sejam alugados, a licitante deverá comprovar com o Contrato de Locação, ou outro documento que comprove seu aluguel;

j.3) Máxima utilização de 3 (três) anos de uso;

A declaração prevista no item em comento é preliminar às declarações e documentações que serão apresentadas posteriormente a partir da assinatura do contrato. A exigência de uma declaração específica por parte da Administração, certamente tem o condão de resguardar, estabelecendo obrigações e responsabilidades pessoais para o signatário do documento e para a empresa que venha a vencer o certame, para que em momento oportuno cumpra os requisitos relacionados ao fornecimento dos profissionais, equipamentos e veículos necessários à adequada execução do objeto.

NOLASCO CONSTRUÇÕES REFORMAS E INSTALAÇÕES LTDA

CNPJ: 19.024.253/0001-23

Rua Cel. Siqueira, 73 – Sl. 103 – Centro – Magé – RJ

Email: gruponolasco01@gmail.com

19.024.253/0001-23

NOLASCO CONSTRUÇÕES
REFORMAS E INSTALAÇÕES LTDA

Rua Coronel Siqueira, 73 / Sala 103

Centro - CEP: 25900-103

RIO DE JANEIRO - RJ

[Handwritten signature]
29/32

Não apresentar esta declaração na forma proposta além de acender um alerta sobre as condições futuras de execução, também se caracteriza como um frontal descumprimento da formatação prescrita no instrumento convocatório, abrindo margem para que a empresa oponha dificuldades ou não assuma corretamente suas responsabilidades quanto ao atendimento do determinado pela Administração.

Apesar de entender que esta condição pode sequer acontecer, a exigência editalícia se deu em face da necessidade de mitigar este risco, e em caso de descumprimento, poderia ser utilizada como instrumento de prova, inclusive contra os representantes da empresa que poderiam ser pessoalmente responsabilizados pelo conteúdo de suas declarações assinadas e juntadas aos autos.

A responsabilização pessoal do sócio ou representante legal da empresa que se dá tão somente quando uma declaração pessoal é assinada, gera, por si só, uma obrigação superior, um vínculo jurídico direto com a pessoa que assina o documento, gerando maior segurança para o Órgão em última instância, não podendo, por isso, ser desconsiderada.

c) Conclusão

Assim como nos itens congêneres analisados anteriormente, solicitamos à esta D. Comissão a inabilitação da empresa em referência por não ter atendido aos requisitos necessários à sua habilitação que lhe permitiria participar dos atos posteriores da licitação, considerando que esta ocorreu com clara e manifesta ilegalidade, sujeita à nulidade dos atos dela decorrentes em relação à citada empresa por serem insuscetíveis de correção posterior.

Desta forma, solicitamos à esta D. Comissão a inabilitação da empresa em referência por não ter atendido aos requisitos necessários à sua habilitação que lhe permitiria participar dos atos posteriores da licitação como medida de autotutela administrativa em garantia à legalidade do certame em cumprimento ao art. 49 e seguintes da Lei 8.666/93.

8) CONCLUSÃO E PEDIDO

Quanto aos itens objeto de contrarrazões, ficou patente o cumprimento de nossa empresa aos preceitos legais vigentes, demonstrado por meio dos precedentes e fundamentos de fato e de direito citados nos autos.

Ademais, quanto às questões relacionadas às ilegalidades apuradas na habilitação das empresas citadas nos capítulos acima, demonstramos que estas, ou deixaram de apresentar documentos obrigatórios, descumprindo de forma total os preceitos legais, ou o fizeram no conteúdo, tendo apresentado documento deixando de atentar para os requisitos expressamente estabelecidos no instrumento convocatório, tornando-o inapto para atendimento à legislação, sendo sua aceitação, portanto, ilegal.

Cabe, neste caso, a avaliação de que ao desconsiderar a prescrição editalícia de um documento declaratório ou mesmo de qualquer outro que se apresente, pode esvaziá-lo, tornando-o sem valor para os fins a que se destina.

Relevar um preenchimento incorreto ou a falta de um determinado documento que obrigatoriamente deveria ser juntado, como dissemos, certamente enfraquece o edital, relativizando os motivos pelos quais as suas cláusulas e itens foram ali dispostos.

Em última análise, o que se quer dizer é que se esta Comissão relativiza a forma como um determinado documento ou mesmo item foi prescrito, aceitando que determinada empresa não o atenda plenamente, está afirmando de forma tácita que este item foi colocado no edital de forma exorbitante, ou que poderia ter sido retirado, ou até mesmo reescrito de forma a simplificar ou reduzir as obrigações, que eventualmente superaram o limite razoável.

Não é o que nos parece nos casos citados. Em todas as situações, apresentamos razões de fato e de direito que demonstram a relevância de todos os itens considerados no Edital, e a prova de sua regularidade é o fato de todos passaram pelo crivo do processo de ajustes que sempre ocorre previamente ao certame em fase de impugnação ao edital, tendo permanecido até o momento.

A sua permanência e o tempo concedido a todos os participantes para ajuste de documentações (por ser uma concorrência e não um pregão), preenchimento de modelos e atenção aos requisitos do edital não justifica qualquer tipo de reconsideração, que seria meramente uma punição a quem cumpriu as normas em detrimento daqueles que não a observaram em claro desatendimento aos princípios licitatórios.

Vale destacar que a inabilitação por descumprimento de preceito legal/editalício claro e manifesto como nos casos descritos nos itens deste documento em nada maculam a competitividade do certame, haja vista que na modalidade concorrência a documentação é analisada anteriormente à abertura dos envelopes de preço, não havendo como saber se de fato uma ou outra empresa teriam ou não apresentado preços inferiores, já que as empresas inabilitadas não seguirão para a fase seguinte.

Por assim dizer, uma empresa inabilitada é aquela que na origem não possui condições de participar dos atos posteriores da licitação, logo, o princípio da competição foi atendido uma vez que a primeira fase deste processo se dá por meio da análise documental, necessária para escoimar aqueles que não estejam aptos a cumprir com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório, e que foram ali indicados por razões de interesse público e na busca da proposta mais vantajosa para o Órgão solicitante.

Isto posto, requer desta D. Comissão de Licitações, bem como dos órgãos competentes a adoção de medidas para recebimento deste recurso com o condão de inabilitar as empresas aqui mencionadas em face das comprovações e informações prestadas.

Destacamos, mais uma vez, que esta medida é salutar e cabível para que o processo administrativo não siga para a próxima fase eivado de mácula de ilegalidade que pode

NOLASCO CONSTRUÇÕES REFORMAS E INSTALAÇÕES LTDA

CNPJ: 19.024.253/0001-23

Rua Cel. Siqueira, 73 - Sl. 103 - Centro - Magé - RJ

Email: gruponolasco01@gmail.com

19.024.253/0001-23

**NOLASCO CONSTRUÇÕES
REFORMAS E INSTALAÇÕES LTDA**

Rua Coronel Siqueira, 73 / Sala 103

Centro - CEP: 25900-103

31/32

contaminá-lo de forma irreversível com impactos diretos sobre os atos posteriores, ensejando possíveis responsabilizações aos eventuais responsáveis que, apesar de cientes da ocorrência de ilegalidades, não atentaram para sua correção em tempo hábil.

Nada mais havendo, nos colocamos à inteira disposição desta Comissão para outros eventuais esclarecimentos.

Magé, 11 de junho de 2021.



NOLASCO CONSTRUÇÕES, REFORMAS E INSTALAÇÕES LTDA

CNPJ nº. 19.024.253/0001-23

PAULO ROBERTO NOLASCO DE SOUZA

Sócio Administrador

19.024.253/0001-23

**NOLASCO CONSTRUÇÕES
REFORMAS E INSTALAÇÕES LTDA**

Rua Coronel Siqueira, 73 / Sala 103

Centro - CEP: 25900-103

RIO DE JANEIRO - RJ